

**PORTALEGRE – ESPAÇOS URBANOS E ELITES  
INTELECTUAIS: O CASO DA PRAÇA DA REPÚBLICA  
(SÉC. XX)**

***Helder Manuel Guerra Henriques***

(ESEP/ IPPortalegre/ GRUPODE –  
CEISXX – UC/ C3I)

helderhenriques@esep.pt  
henriqueshelder@gmail.com

***Miguel Garcia de Castro***

(ESEP/ IPPortalegre/ C3I)  
miguel.sardica@gmail.com



### **Abstract**

*This paper aims to analyze the nuclear movements related to students, scholars, population and economics in the town of Portalegre, located in Alto Alentejo, all through the nineteenth century. We present the particular case of the “Republic Square”, in Portalegre, as a representative of economics, politics, intellectual and urban movements developed by a group of players in that specific space. Based on the importance of this square, we discuss its centrality in the community of Portalegre. We present elements about the location and some local institutions that helped transform the Republic Square in a place of business, academic and intellectual opportunities. It is also highlighted, in the case of Portalegre, its importance on the intellectual elites based on the example of the Lyceum of Portalegre.*

*Here, the actors play an educational role in the cultural construction of “Republic Square.” We give concrete examples of the relationship between certain historical actors and its public participation, highlighting, among others, the figures of Ernesto Adolfo Mota, Baltazar de Almeida Teixeira and António Raúl Galiano Tavares.*

*Keywords: Space, Republic Square, Lyceum; Elite; Portalegre*

A cidade de Portalegre localiza-se no interior raiano do espaço continental português, no Distrito com o mesmo nome. Embora falar em *interior*, num país com as reduzidas dimensões do nosso, possa parecer estranho (da foz do rio Neiva a Ribeira de Castro são 218 km, largura máxima do país continental), o que é evidenciado pelos dados relativos à economia, coesão social e qualidade de vida, é a existência de uma longa faixa fronteiriça, não litoral, que está manifestamente menos desenvolvida do que a fachada atlântica.

A realidade da fronteira não litoral com Espanha (chamar-lhe-emos Seca a partir de agora) está longe da retratada por Pintado e Barrenechea no livro “A raia de Portugal. A fronteira do subdesenvolvimento”. Aqui conta-se a história, verídica, de um médico que para tratar uma parturiente teve que se deslocar a cavalo por azinhagas e mato durante tanto tempo, que conseguiu observar várias vezes a passagem do *Sputnik*.

A partir da década de 70 e, fundamentalmente após a adesão dos países ibéricos à então C.E.E., assistiu-se a um surto de desenvolvimento que atingiu todos os espaços nacionais e também o interior, ainda que marginal face aos centros de poder, decisão e crescimento económico. Programas europeus dedicados à coesão social e a projetos de desenvolvimento de áreas económica e socialmente deprimidas, transformaram em muito a realidade da raia ibérica.

Portalegre, porém, não conseguiu ultrapassar o seu principal problema: a perda constante de população. Sem carga demográfica suficiente e com uma mão-de-obra desqualificada, não se fixaram investimentos produtivos, capazes de atrair ou fixar população. Sem postos de trabalho suficientemente atrativos, para além de uma agricultura ainda muito rudimentar e serviços públicos que possuem uma capacidade limitada de empregabilidade, a população foi saindo da cidade em direção a outros centros nacionais, com maiores perspectivas de atingir um nível de vida compatível com os padrões modernos e pós-modernos que começam a despertar.

A cidade e o Distrito ficam como que delimitados por pólos de maior carga demográfica e dinamismo económico, por um lado; por outro lado, por vias de comunicação rápidas, que o deixam com dificuldades de atrair e fixar investimentos estruturantes e conseqüentemente, população.

**Tabela 1. Variação da população entre 2001 e 2011**

| <b>PORTALEGRE E DISTRITOS LIMÍTROFES - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO - 2001/2011</b> |         |         |          |
|--|---------|---------|----------|
|  | 2001    | 2011    | Variação |
| Portalegre   | 127.018 | 118.448 | - 6,7%   |
| Cast. Branco   | 208063  | 196.262 | - 5,7%   |
| Évora  | 173.654 | 166.706 | - 4,1%   |
| Santarém   | 454527  | 453.633 | - 0,2%   |
| Prov. Badajoz  | 654.882 | 692.137 | + 5,7 %  |
| Prov. Cáceres  | 403.621 | 415.083 | + 2,8%   |

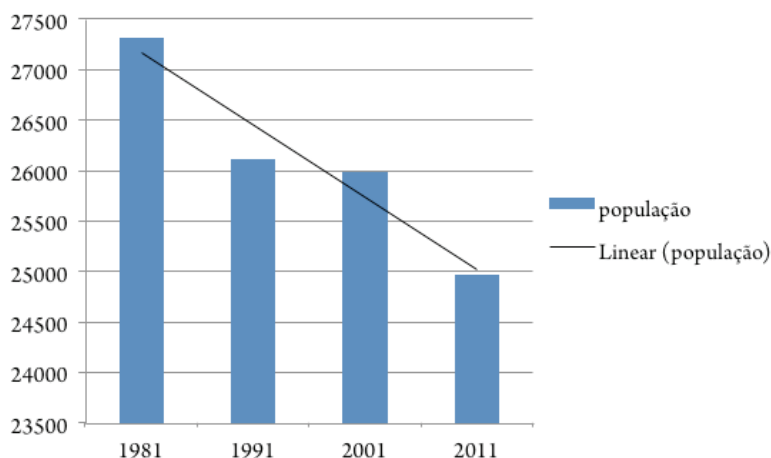
Fonte: INE

Embora a norte e a sul, se evidencie uma perda de população, no lado nacional, Portalegre permanece o distrito onde a variação negativa é mais acentuada. A oeste, Santarém, polarizado pela Área Metropolitana de Lisboa, e a leste a Extremadura espanhola, constituem-se localizações preferenciais de investimento.

**Tabela 2. Variação da população nas cidades do distrito de Portalegre (2001/2011)**

| <b>VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO NAS CIDADES DO DISTRITO DE PORTALEGRE 2001-2011</b> |       |       |          |
|--|-------|-------|----------|
|  | 2001  | 2011  | Variação |
| Portalegre   | 25980 | 24930 | - 4,1%   |
| Elvas  | 23361 | 23078 | - 1,2%   |
| Ponte-de-Sor   | 18140 | 16722 | - 7,8%   |

Fonte: INE

**Gráfico 1. Evolução da população – Portalegre (1981/2011)**

Fonte: INE

Outros indicadores demográficos, que reforçam esta posição marginal, prendem-se com o envelhecimento, a desqualificação da população e índices de dependência elevados. Pelos dados, verificamos que a realidade, sucintamente atrás descrita, revela um enquadramento pouco positivo a nível demográfico e constitui um forte *handicap* para se construírem condições de desenvolvimento e crescimento.

**Tabela 3. Qualificação e envelhecimento da população do distrito de Portalegre/ comparação com média portuguesa (1991-2001)**

| INDICADORES DEMOGRÁFICOS DE QUALIFICAÇÃO E ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO |          |      |            |       |
|--|----------|------|------------|-------|
| INDICADORES  | PORTUGAL |      | PORTALEGRE |       |
|  | 1991     | 2001 | 1991       | 2001  |
| T. ANALFAB.  | 11%      | 9%   | 16%        | 12,7% |
| I. DE REJUVEN. DA POP. ACTIVA  | 136      | 143  | 100        | 114   |
| I. DE DEPEND. DE IDOSOS  | 20       | 24   | 27         | 33    |
| I. DE DEPEND. DE JOVENS  | 30       | 24   | 27         | 21    |
| I. DE DEPEND. TOTAL  | 51       | 48   | 54         | 53    |
| I. DE ENVELHECIM.  | 68       | 102  | 98         | 159   |

Fonte: INE/PDM Portalegre

Relativamente às principais linhas de comunicação, a cidade tem como via principal o IP2 que liga, a sul com a A6 em Estremoz, mas não o faz diretamente com Évora, ou Castelo Branco, a norte. As principais linhas de ligação ao litoral, a Madrid e ao resto da Europa, passam a norte, pela A23 e a Sul, pela A6. Mesmo dentro do distrito, a ligação a Espanha, pela fronteira de Galegos ou de Caia, não são feitas por estradas com perfis de IP ou IC, acentuando, não apenas a posição marginal, mas também a dificuldade de aliciar investimentos, capazes de atrair ou fixar populações.

Não obstante estas dificuldades, a vulgarização da mobilidade individual, os meios de comunicação de massa, as novas tecnologias e novas formas de consumo e bem-estar acabam por chegar aos pontos do país mais distantes.

Desta forma, os modos de vida pós-modernos deixaram para trás a cidade moderna, planeada de acordo com os princípios da Carta de Atenas de 1933, que tornou os núcleos urbanos em “máquinas de produção”, muito de acordo com um modo de produção fordista/taylorista. Os espaços públicos, no sentido da sua propriedade ser comum à comunidade<sup>1</sup>, deixaram de se constituir como áreas de encontro, de convívio e tertúlia, onde a interação entre cidadãos promovia e desenvolvia não apenas contactos pessoais, mas também a discussão de ideias sobre a realidade próxima.

Atualmente, assiste-se a uma transformação nos centros urbanos (principalmente nos de maior dimensão), que corresponde à passagem de uma estrutura urbana moderna, para uma outra, inovadora e realizada segundo outras lógicas de produção e reprodução do espaço urbano, de acordo com um paradigma pós-moderno. O espaço urbano fragmenta-se e assiste-se a uma explosão de territórios, contíguos espacialmente, mas socialmente desconexos (Salgueiro, 1997). Os espaços públicos são gradualmente substituídos por estruturas privadas de lazer e consumo que se constituem como os nós da cidade pós-moderna, ligados por arcos (vias rodoviárias) que não permitem o contato com a realidade urbana na sua totalidade e diversidade. O real é simulado dentro de áreas que sendo de gestão e propriedade privada, não substituem os espaços públicos, mas possuem um objetivo essencial que é o consumo e, em última instância, o lucro.

O espaço público, por si só, é vazio de sentido social; são os atores que nele intervêm que lhe dão sentido. Ele é produtor e proporcionador de identidades, sentimentos e pertenças. Como faz notar Tuan: “o que começa como espaço indiferenciado (abstrato, geométrico), torna-se lugar à medida que o vamos conhecendo e atribuindo valor.” (Tuan, 1977/1983).

---

<sup>1</sup> No caso presente, assumiremos a noção de espaço público como aquele que é de pertença da comunidade através das instituições emanantes do Estado Central ou das Autarquias.

A substituição do público pelo privado levou os poderes a encarar a realidade de um espaço público degradado, aliado à evidência de que este não podia ser indutor de identidades e pertença, provocando uma modificação de atitude face a estas áreas.

A importância da imagem da cidade, como ferramenta de marketing urbano, num contexto cada vez mais intenso de competição territorial e urbana, levou à adoção de uma estratégia de afirmação e de atração de investimento e população, baseada na recuperação e requalificação do espaço público.

A consciência de que a cidade deveria ser um local aprazível, convivial e capaz de gerar dinâmicas sociais que a tornassem um lugar para viver e não apenas sobreviver, passa a ser um dos principais motivos para intervir no tecido urbano, tendo o espaço público assumido uma relevância que até aí parecia esquecida.

A nível europeu e norte-americano, muitos são os exemplos de revitalização e dinamização de espaços públicos. O marcante nestes exemplos é a participação e promoção destes espaços por iniciativas privadas, vindas dos atores implicados na vivência das áreas. Em Portugal a realidade é diferente; tem cabido ao estado e às autarquias a promoção e concretização das intervenções.

A renovação urbana no espaço nacional e a sua (re)qualificação teve um forte impulso com o Programa Polis, nascido em 2000, na sequência da dinâmica criada pela “Expo 98”. A operação de recuperação do espaço da “Expo 98” marcou em Portugal uma nova forma de produzir/requalificar espaço urbano. Criou-se cidade com novos conceitos, onde se tentou fazer um mix de habitação, comércio, serviços, consumo e lazer. O Parque da Nações tornou-se uma área nobre da cidade de Lisboa, tornando-se, em poucos anos, num “ex-libris” urbano e o paradigma nacional de intervenção urbana.

Por parte das autarquias, a exigência de programas suficientemente robustos a nível económico, de intervenção na malha urbana, foi vista como um dos caminhos para atenuar desequilíbrios na rede urbana nacional e potenciar a capacidade de atração de população e investimentos produtivos e reprodutivos para os seus concelhos.

Criou-se, assim, um programa cujo “principal objetivo (...) consiste em melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanísticas e ambiental, melhorando a atratividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional. O Programa Polis pretende desenvolver um conjunto de intervenções consideradas exemplares que possam servir de referência para outras ações a levar a cabo pelas autarquias locais”<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Folheto de propaganda do Programa Polis, “Viver Portalegre”; MAOT, Câmara Municipal de Portalegre, 2002

A referência ao Programa Polis justifica-se para dar enquadramento ao objeto de estudo deste texto – a Praça da República. Este espaço, embora já tivesse conhecido uma intervenção anterior ao programa, voltou a ser alvo de nova operação de requalificação – integrada num projeto com uma área mais abrangente.

O projecto “Polis” de Portalegre (2.ª fase/2002) realçou, como uma das suas preocupações mais evidentes, a recuperação e revitalização da cidade através dos espaços públicos.

Neste “Polis”, constatou-se que os espaços públicos conseguiam manter alguma importância no quotidiano dos portalegrenses. Jardins e praças conservavam a sua função de um ponto de encontro e vida social, embora a sua revitalização pudesse induzir a uma maior potenciação deste papel.

Com a abertura do Instituto Politécnico (particularmente das escolas sediadas na cidade) verificou-se um conseqüente aumento de população jovem. Os estudantes, sem espaços específicos de lazer, apropriaram-se de algumas áreas públicas, o que aumentou a sua dinamização, maior vivência e convivialidade.

No plano estratégico, apontam-se quatro áreas de intervenções na cidade: o centro histórico; os espaços verdes; os cidadãos e por fim o ordenamento urbano.

Estes objetivos e intervenções pretendiam, no final, dotar a cidade de estatuto e protagonismo, capaz de a transformar num centro com capacidade de atração no que respeita à prestação de bens e serviços e de afirmação no contexto das cidades médias do interior.

A Praça da República, estando adjacente à Escola Superior de Educação, foi, como é natural, um local privilegiado para os alunos da escola o utilizarem de forma frequente e intensa. Mas a intervenção na praça não estava pensada exclusivamente para este público; pretendia-se toda uma integração de serviços e cultura, tendo em vista uma população mais ampla.

A intervenção passou pelo eixo Praça do Município – Praça da República – Robinson. Neste espaço podemos encontrar vários serviços públicos, uma instituição bancária, cafés, bares, papelarias, o Arquivo Municipal, a Biblioteca, o Quartel da GNR, a futura sede da Fundação Robinson, a Escola de Hotelaria e Turismo, a Escola Superior de Educação, o Centro de Artes e Espetáculos, o Museu José Régio, a Manufatura das Tapeçarias de Portalegre, a Polícia de Segurança Pública, etc...

**Ilustração 1. Planta nº1 da cidade de Portalegre (o espaço da Praça da República)**

Este breve panorama demonstra que a requalificação e recuperação deste espaço foram pensadas para a cidade, como um todo, e não em função dos estudantes da ESEP. Estes, por uma razão ou por outra, adotaram a praça como essencial à sua vida académica. O convívio, a troca de ideias, os namoros, as refeições, as amizades e cumplicidades crescem e criam-se fora da ESEP, que fica quase limitada ‘ao local onde são ministradas aulas’, onde se fazem algumas fotocópias e se recorrem aos meios informáticos e documentais.

A significância do espaço a nível pessoal e coletivo é adquirida a partir das experiências significativas que nele vivenciamos. Positiva ou negativamente, as experiências que vivemos ficam ligadas ao espaço onde ocorrem. A partir desta realidade, decidimos procurar, de forma sustentada, como se desenvolvia a relação dos estudantes da ESEP com a Praça da República. Para tal, recorreremos a dois instrumentos de análise: inquéritos e observação direta sistemática, em diferentes períodos do dia.

Realizámos 90 inquéritos, de forma aleatória, dos quais resultou uma distribuição de género de 11% de respostas masculinas e as restantes femininas, com um intervalo etário entre os 17 e os 42 anos.

O inquérito foi dividido em três blocos. O primeiro, tentando descortinar as funções que a praça desempenha no quotidiano dos estudantes. Para tal, pretendemos saber o tempo de permanência na cidade, uma vez que a utilização de um espaço, de forma efetiva, se prende ao período de permanência no local.

Na segunda parte pretendeu-se saber a frequência, o período do dia e o número aproximado de horas que os estudantes permanecem neste espaço.

Por último, tentámos obter respostas de carácter mais subjetivo e valorativo, relativas aos fatores que prendem os alunos ao espaço e os faz apropriarem-se do mesmo, tornando-o seu, isto é, um lugar.

Após o apuramento, verificámos que a Praça possui, para os estudantes, três papéis principais: espaço de convívio, de encontro e alternativa ao refeitório do Instituto Politécnico. Sendo o convívio um dos modos mais comuns dos estudantes passarem o tempo, livre ou entre aulas, e não tendo a Escola Superior espaços suficientemente amplos e convidativos, é natural que a praça adjacente à escola se torne num espaço de estar com os colegas e amigos, com a vantagem de dispor de serviços de apoio ao lazer, como são os bares.

No que diz respeito à frequência de utilização, o período do dia e o número aproximado de horas que os estudantes permanecem neste espaço. Os alunos da escola despendem, em média, cerca de 1,5 horas na praça; embora a utilizem quase diariamente, não passam nela grandes períodos de tempo - aproximadamente 67% afirmam frequentá-la todos os dias ou, pelo menos, todos os dias úteis.

Aparentemente, os estudantes não passam demasiado tempo na “Praça”; esta é essencialmente a sala de convívio da escola, desempenha o papel de local de relaxamento, descanso e descompressão da vida escolar.

O quotidiano dos estudantes não exclui os eventos promovidos por grupos de alunos e pelos bares da praça. Noites académicas, música ao vivo, karaoke são motivos para que os estudantes permaneçam mais tempo na praça; porém, são esporádicos e cada aluno faz a gestão da frequência nestas ocasiões, tendo em conta o seu orçamento e disponibilidade de tempo.

Podemos também apurar que os alunos tendem a preferir os períodos da tarde, ou noite, para permanecer neste espaço. A manhã, embora apresente algum significado, não é o período preferencial. Este facto dever-se-á tanto aos horários letivos, mais carregados no turno da manhã, como ao facto de ser uma parte do dia em que, caso não existam obrigações letivas, se aproveite para mais umas horas de descanso.

O final do inquérito refere-se a aspetos mais valorativos e reveladores da forma como este grupo/indivíduo se relaciona e se apropria deste espaço. São respostas mais subjetivas, mas que nos permitem observar a Praça da República pelos olhos dos estudantes. Foram postas três questões: uma relativa à estética do local, outra que pedia para avaliar a postura dos estudantes na permanência da praça e, por fim, a forma como se apropriavam desta. A praça da República é um exemplo de recuperação de um espaço centenário, em que a arquitetura tem referências a uma realidade muito diversa da atual. A avaliação dos alunos em relação à beleza da praça poderia trazer algum dado significativo, visto que as suas referências estéticas são necessariamente diferentes. No entanto, a maioria (cerca de 60%) considera a praça da República bonita, ou muito bonita. Este valor, embora maioritário, não transparece um consenso suficientemente alargado que nos permita concluir que os alunos possam gostar do espaço pelas suas experiências vivenciadas na praça, mas sim por um consenso estético relativamente a um conjunto arquitetónico.

No que diz respeito à forma como se sentem integrados e “à vontade” neste largo, os valores da consensualidade aumentam. Apenas 10% dos estudantes revelam que a sua postura é neutra em relação ao local, 90% sentem-se muito “à vontade” ou “à vontade”.

A última questão fechada revela que os alunos, embora se tenham “apropriado” deste espaço, partilham-no com a população, não a segregando com comportamentos de exclusão. A praça da República pertence aos estudantes, é certo, mas é igualmente posse dos portalegrenses e é, talvez, esta perspetiva que lhe confere mais vida e a tornou numa nova centralidade da cidade.

A praça não foi intervencionada pensando nos estudantes, mas em toda a população. A sua recuperação apresentou desde logo infraestruturas que pudessem suportar várias formas de animação – pequeno anfiteatro, coreto com possibilidade de ser fechado para exposições e um espaço para “performances”. Para além destas facilidades, foi construído o

Centro de Artes e Espetáculos de Portalegre (CAEP). Assim, é evidente que este conjunto de potenciais atrações alicia igualmente os autóctones que, por exemplo, há muito estavam privados de cinema. Com uma programação bastante variada e direcionada a vários públicos, quer o CAEP, quer as animações da praça têm atraído os residentes locais a vivenciar este novo centro da cidade.

A última questão lançava o desafio de, livremente, os estudantes adjetivarem ou escreverem expressões (3) que qualificassem este espaço.

O resultado foi de 70 expressões/adjetivações, que podemos dividir em três grupos: a humanização do espaço; objetividade face ao objeto; e um terceiro, onde pudemos encontrar um leque demasiado variado para o denominarmos.

No primeiro podemos encontrar características como: simpática (15 vezes), divertido(a) (20 vezes), amizade, sorridente, amiga, companheira, fixe, etc.

No segundo grupo são referidos atributos como histórica, central, bem conservada, harmoniosa, acolhedora, espaço de visita, atraente, acessível, aprazível. Por último, são referidas expressões informais tais como: o máximo; calmo; onde tudo se passa; bares; barulhenta; movimentada; curioso; convívio; vivo; lazer; único; fresco.

São características que refletem um carinho e amizade pela praça; demonstram ainda que é estabelecida uma relação empática muito positiva com o espaço. Podemos inferir, a partir deste leque de expressões, que os estudantes consideram a praça como um espaço seu, quase dotado de vida própria e ao qual reconhecem um personalidade, que lhes é próxima e da qual gostam. A Praça da República não é, para os alunos da ESE, um espaço físico constituído por construções, árvores e mobiliário urbano; faz parte deles e da sua vivência académica e social - é um suporte físico, emocional e social.

O estudo do(s) espaço(s) é, cada vez mais, uma ciência de lugares - vividos, assumidos e apropriados. Recorrendo a Agnew (1987)<sup>3</sup>, há três elementos essenciais para a definição de “lugar”: local, localização e “sense of place”, que em português não se pode traduzir por apenas uma palavra, mas por várias: perceção, sentimento, apreensão, sentido.

A espacialidade não é despersonalizada e geométrica; faz-se de comportamentos, experiências, pessoais e coletivas, num determinado contexto espacial. O espaço assume conotações valorativas.

---

<sup>3</sup> Citado por: HUBBARD, Phil, KITCHIN, Rob, BARTLEY, Brendan, FULLER, Duncan (2002); *Thinking Geographically*; Continuum, Londres, pag 16.

A Praça e a Escola (antigo Liceu Nacional de Portalegre) são realidades conjuntas ou faces de uma única moeda. O espaço da Escola dá origem a experiências e ao aparecimento de figuras que a partir dele se configuraram, de alguma forma, como Portalegrenses que marcaram um espaço e uma vivência, mais ou menos controversa, e projetam a própria imagem da cidade.

**Ilustração 2. A Praça da República, o Liceu de Portalegre e o Governo Civil (1888/ década de 20)**



Fonte: Arquivo da Escola Secundária Mouzinho da Silveira.

A realidade descrita anteriormente pode ser objetivada se olharmos para o espaço urbano numa perspetiva histórica. De facto, a Praça da República de Portalegre não pode ser interpretada de modo independente de tudo o resto, pois estaria a assumir o espaço como qualquer coisa apenas física. É o Ser Humano que lhe atribui valor resultado, por exemplo, das vivências pessoais, sociais ou, mais especificamente, académicas.

A praça da república é um espaço de memória coletiva, onde se cruza(ra)m dinâmicas comerciais, políticas ou escolares que ajuda(ra)m a constituir uma verdadeira elite local portalegrense. Esta praça era, e continua a ser, um local de negócios; um local onde até há pouco tempo permanecia o Governo Civil; um local onde desde o século XIX esteve instalado o Liceu de Portalegre e, a partir da década de 80 da centúria passada, a Escola Superior de Educação da cidade, além de muitos outros pequenos negócios.

### Ilustração 3. O Liceu de Portalegre (1928)



Fonte: Arquivo Histórico do Liceu Mouzinho da Silveira – Portalegre.

Ao longo do século XX evidenciou-se uma relação estreita entre a Praça da República e o Liceu de Portalegre/Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre. Este arco temporal, quando analisado, permite-nos observar um conjunto de indivíduos que por ali se movimentaram e colocaram a circular ideias naquele espaço social. Mogarro refere-se a esta questão da seguinte forma:

“O calendário escolar marcava (...) a vida cultural da cidade, com a sessão solene de abertura das aulas, o baile de finalistas, a festa de encerramento do ano lectivo e as comemorações, saraus, representações teatrais, palestras e conferências, manifestações desportivas e culturais que o liceu foi promovendo ao longo da sua actividade” (Mogarro, 2002: 3 e 4).

Os professores, por excelência, e os estudantes constituíram os grandes protagonistas da construção de uma elite intelectual e social da cidade de Portalegre, marcando toda a vida da cidade com os seus festejos e tempos escolares próprios que influenciavam os ritmos quotidianos de Portalegre.

#### Ilustração 4. O corpo docente do Liceu de Portalegre no ano letivo de 1922/23



Fonte: Arquivo Particular. Fotografia gentilmente cedida por Maria Amélia Moreira

Os professores eram maioritariamente do distrito de Portalegre, permitindo-lhes aprofundar uma rede de relações políticas, culturais, sociais e económicas. Ao longo da história da instrução foram elementos decisivos na consolidação de políticas educativas, na reivindicação de direitos, mas também foram elementos importantes dentro das próprias comunidades em que se encontravam inseridos. Nóvoa *et al* são perentórios quando afirmam:

“No caso Português, tal como a maioria dos restantes países europeus, os liceus cumpriram também uma importante função no espaço local e regional. As inserções geográficas não terão alterado, significativamente, a forma escolar adquirida pelos liceus, até mesmo no plano internacional. Mas elas tiveram um enorme significado nas relações entre o liceu e os diferentes contextos locais, no recrutamento e nas sociabilidades dos públicos estudantis, no prestígio, na vida cultural e na estrutura urbanística de muitas vilas e cidades”. (Nóvoa, Barroso e Ó, 2003: 60)

De facto, esta instituição escolar inserida no “coração da praça da república” representa(va) um símbolo de prestígio e um pólo de atração regional com importantes consequências económicas e sociais (Nóvoa, Barroso e Ó, 2003: 62).

Os seus professores constituem os principais elementos que torna(ra)m o espaço liceal num “território cuja ocupação é objeto de atritos e oposições ao longo dos séculos XIX e XX” (Nóvoa, Barroso e Ó, 2003: 62) que promove(ra)m a circulação e consequente apropriação de ideias naquele local de encontro. Refira-se, por exemplo, que o Liceu de

Portalegre, sempre que sentiu necessidade, chamou a sociedade local para defender a sua centralidade. Isto é, durante os regimes políticos em que existiu procuraram incessantemente instalações condignas na tentativa de não perder o estatuto de *casa do conhecimento* que estava implantado nas comunidades locais.

A comunidade local quando solicitada pelos professores e estudantes envolveu-se ativamente para criar uma maior pressão sobre o poder político central na tentativa de se almejem os objetivos propostos. Esta relação íntima entre o liceu e as comunidades (ou uma parte dessas comunidades) locais deve ser entendida através de movimentações locais e camarárias de forma mais ou menos nítida e a partir das dinâmicas que os professores estabeleciam com as mesmas. Quanto maior fosse o número de anos letivos que um professor passasse no liceu, maior seria a sua influência e a sua capacidade de estabelecer relações de poder com a comunidade local. Esta capacidade de influência dos professores do ensino liceal advém de uma conceção dominante de professor aliado e detentor do conhecimento.

Durante o século XIX os professores ocupavam outras tarefas fora do liceu. Desta forma promoveram a sua imagem no seio das comunidades e conseguiram colocar ao serviço das causas liceais as populações influenciadas diretamente pelas elites culturais, políticas e económicas, das quais faziam parte os docentes do ensino liceal. Não foge a esta teoria o caso dos professores do liceu de Portalegre durante a sua história, bem como as modalidades de intervenção dos mesmos naquele local. Como salienta Maria João Mogarro:

“( ... ) os professores do liceu de Portalegre[ ... ] marcaram [ ... ] a vida local desde a criação daquela instituição, em 1851. Inicialmente, alguns destes professores (como os próprios directores, designados então como reitores) constituiriam exemplos de personalidades multifacetadas, que partilharam com a profissão docente uma intensa actividade pública, política ou mesmo religiosa. Nas suas figuras, que marcaram a dinâmica social da cidade e que pontuaram o seu quotidiano, entrelaça-se a dimensão profissional com a actividade social. A memória desta cidade guarda referências a figuras de professores nos seus contextos profissionais, mas também ideológicos, religiosos, culturais, sociais, políticos, lúdicos, conforme os casos e as situações, mas onde se encontra sempre presente o prestígio que era claramente reconhecido ao professor”. (Mogarro, 2002: 1).

Existe uma relação íntima entre o liceu e a comunidade envolvente, como já referimos inúmeras vezes. Esta relação foi-se construindo no tempo e também se modificou à medida que foram existindo alterações políticas ou sociais. Tracemos, agora, um breve perfil biográfico de alguns dos professores que compunham essa elite intelectual, cultural e política localizada, do ponto de vista geográfico, na Praça da República de Portalegre e no Liceu Mouzinho da Silveira desde, pelo menos, 1880. Evidenciaremos três professores do século XIX e quatro do século XX<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> O critério seguido por nós para a escolha destes docentes vai ao encontro do papel que desempenharam do ponto de vista educativo, mas sobretudo da relação e participação com o meio envolvente à realidade escolar.

Quanto aos professores do ensino liceal do século XIX destacamos José da Cunha e Silva, Adolfo Ernesto Mota e António José Lourinho.

Em relação a José da Cunha e Silva não se sabe muito. Foi o primeiro reitor do Liceu de Portalegre, em 1851. A sua casa serviu para instalar a instituição escolar enquanto não encontraram um edifício adequado. Era bacharel, formado em Direito, reconhecido socialmente pelo exercício das leis. Iniciou a sua atividade docente no liceu de Portalegre em 1851 e terminou em 1874<sup>5</sup>. Lecionou Geografia, Historia, Oratória, entre outras disciplinas. A sua ação como Reitor esteve ligada à problemática da falta de condições de trabalho escolar e à necessidade de aquisição de um novo edifício para o liceu de Portalegre. O seu reitorado, bem como a sua ação enquanto Comissário de Estudos, terminou em 1862. Sabemos, ainda, que se empenhou na tentativa de fazer com que o liceu de Portalegre ascendesse à categoria de liceu de 1.ª classe, como nos dá conta a imprensa local (Campeão do Alentejo, 18/03/1866: 1 e 2).

Adolfo Ernesto Mota foi outro professor que marcou profundamente a vida cultural, religiosa, política e intelectual da cidade de Portalegre. Natural de Coimbra, de formação religiosa (bacharel em teologia), “deixou o seu nome ligado à instalação do liceu no palácio Achaioli – novas instalações, mobília nova, novo material escolar, aumento da população discente” (Mogarro, 2002: 5). Teve um importante papel ligado à vida da igreja em Portalegre. Nasceu “a 06 de Outubro 1846 e veio para Portalegre em 1868 como secretário do Bispado” (Ventura, 1991: 19). No ano seguinte é nomeado professor substituto de Ciências Eclesiásticas.

“Desempenhou elevados cargos no âmbito do Cabido da Sé de Portalegre, de que era Cónego Capitular: Arcediago em 1899, e Deão em 1907. Foi por diversas vezes encarregado do governo da diocese por ausência dos respectivos prelados, governando-a plenamente entre 1908 e 1910” (Ventura, 1991: 19).

No entanto, a sua função pública não se limitou aos cargos de natureza religiosa, sendo ainda “Vogal substituto do Tribunal Administrativo e da Comissão Distrital, Presidente da delegação da Associação das Obras Coloniais, vogal tesoureiro da delegação da Assistência Nacional aos Tuberculosos e vogal correspondente, primeiro, efectivo depois, do Conselho dos Monumentos Nacionais” (Ventura, 1991: 19).

No que diz respeito à sua ação enquanto professor do Liceu de Portalegre, podemos dizer que a sua entrada data de 1874 e termina o seu percurso docente em 1915, continuando a participar ativamente na vida local, depois desta data.

<sup>5</sup> Jubilado por diploma de 23 de Abril de 1874 (Folhas de Vencimento dos Funcionários do liceu de Portalegre) – A.E.S.M.S.

Ocupou por diversas vezes o cargo de reitor do liceu de Portalegre, foi também diretor de classe em vários anos letivos. O seu nome encontra-se ligado à mudança de instalações para o Palácio Achaiaoli. Desta forma, segundo Isilda Garraio, “com a posse do professor Mota como reitor, em Setembro de 1886, os pedidos de mudança do liceu tornaram-se mais insistentes” (1990: 27). Teve um papel importante na tentativa de mudança de categoria do Liceu, que mais tarde (1911) viria a ser alcançada. Em 1890, a propósito de uma reivindicação do pessoal menor do liceu de Portalegre, o então reitor Adolfo Ernesto Mota, vê o seu trabalho reconhecido quando o deputado Santos Viegas diz:

“(…) eu não conheço lyceu que esteja mais bem organizado, nem que á testa d'elle esteja um reitor mais zeloso e mais intelligente do que o que tem o lyceu de Portalegre. Este lyceu tem-se aproveitado do que a lei de 14 de julho de 1880 lhe permite, que é pedir os meios necessários para a comprados diferentes instrumentos e mais objectos indispensáveis ao ensino, e que eram precisos n'aquella casa; mas nem por isso o reitor se tem poupado a envidar todos os esforços para que aquella casa de ensino, corresponda ao altíssimo fim civilizador que tem em vista. Este funcionario, o dr. Adolpho Ernesto Mota, que sabe alliar ao zêlo e fino trato todas as qualidades de um homem de bem, esmera se em tornar a casa de instrucção, que dirige, digna de ser visitada por todos os que n'este paiz se interessam pela causa do ensino publico.” (*Câmara dos Senhores Deputados*, 1890: 471).

Foi ainda um colaborador assíduo da imprensa local, nomeadamente a de natureza religiosa, escritor, pintor e, segundo António Ventura, militante ativo no Partido Progressista (1991:19). Morreu em Portalegre em 1925.

António José Lourinho foi outra personalidade que articulou a sua participação académica com o seu prestígio público. Nasceu em 1858, em Ribeira de Nisa, e faleceu no ano de 1917, em Lisboa. Este homem “esteve na origem da atribuição do nome do ministro liberal Mouzinho da Silveira à instituição (que ainda hoje mantém este patrono)” (Mogarro, 2002: 5). Estudou no Seminário de Portalegre, onde mais tarde viria a lecionar Latim e “philosophia” (Eusébio, 1901). Continuou o seu percurso académico em Lisboa onde concluiu o Curso Superior de Letras.

No liceu de Portalegre, enquanto professor, marcou gerações de estudantes, que mais tarde, na década de 20 do século XX, lhe prestaram a devida homenagem. Entrou no Liceu de Portalegre em 1885 e terminou a sua carreira como docente do ensino liceal em 1915. Lecionou a disciplina de Desenho e mostrou-se, na década de 90 do século XIX descontente com a desvalorização dos professores de desenho face aos outros colegas. Do ponto de vista político, António José Lourinho, foi um “elemento preponderante do Partido Progressista” aderindo ao Partido Republicano em 1892 (Ventura, 1991: 33). Destacou-se como deputado às constituintes e senador.

“Considerado um conferencista nato, proferiu inúmeras palestras, destacando-se as que realizou na época do Ultimato Inglês, quando se promoviam manifestações e protestos contra a Inglaterra que queria impedir, desse modo, a expansão do projeto colonial de Portugal em África”. (Mogarro, 2002: 6).

Promoveu a sua imagem através da participação e intervenção pública na imprensa local e nacional. Em suma “o seu prestígio social, a nível local, deveu-se também à atividade cívica intensa que marcou a sua ação, participando na vida associativa e cultural da cidade e deixando o seu nome ligado a várias sociedades locais” (Mogarro, 2002: 6) mas também encontra-se associado à profissão docente, pela luta em que se viu envolvido em relação à precária condição dos professores de Desenho nos liceus. À data da sua morte foi lembrado na Câmara dos deputados pela sua forte intervenção cívica.

No que diz respeito aos professores associados ao século XX, seguindo o mesmo critério, evidenciaremos quatro professores do Liceu de Portalegre com participação pública intensa: Baltazar de Almeida Teixeira, Apolino Augusto Marques, António Raul Galiano Tavares e José Maria dos Reis Pereira.

Baltazar de Almeida Teixeira foi também um professor marcante que passou pelo liceu de Portalegre. Nasceu a 12 de Dezembro de 1871, em Leiria e faleceu em Lisboa 103 anos depois, mais concretamente a 17 de Julho de 1975 (Ventura, 1991: 71). Quando iniciou a sua atividade docente possuía apenas o curso liceal de Ciências e Letras. No mês de Abril de 1905<sup>6</sup>, foi transferido do liceu de Beja para o de Portalegre como professor efetivo (10-04-1905) do 2.º grupo (Francês e Português). Manteve-se no liceu de Portalegre durante alguns anos, abandonando o liceu em 1914<sup>7</sup>. Já durante a sua estada em Portalegre formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. A este propósito foram-lhe concedidos “10 meses de dispensa de serviço, sem vencimento para estudos na Universidade de Coimbra”, acabando por se formar em 1908.

Do ponto de vista do seu *percurso social e político* devemos salientar que além de Advogado, foi deputado, eleito às constituintes em 1911 por Portalegre, e aparece ligado ao partido Republicano, sendo umas das suas “figuras cimeiras” (Ventura, 1991: 71). Ocupou o cargo de secretário da Assembleia legislativa durante vários anos, cargo que desempenhava em 1926. Foi, também, chefe do Gabinete do Ministro da Instrução Pública a partir de Dezembro de 1914 e Vogal do Conselho de Administração Financeira do Estado em 1915/16, 1918/9 e 1921/2 (Ventura, 1991: 71). Dirigiu e participou em alguns periódicos ligados ao Partido Republicano. Não poderíamos deixar de dizer que era também ele

<sup>6</sup> Anuário do Liceu de Portalegre de 1906/7, 1908 (A.E.S.M.S.).

<sup>7</sup> Do liceu de Portalegre segue para o liceu Passos Manuel onde terminará em 1938 a sua carreira docente.

“iniciado na maçonaria (...) com o nome simbólico de *Lamartine*. Era uma figura próxima de João Camoesas.

Apollino Augusto Marques é outra figura importante para o estudo das personalidades que passaram, nas primeiras duas décadas do século XX, pelo liceu de Portalegre. Entrou para esta instituição em 1900, e foi nomeado professor efetivo em 31 de Janeiro de 1901 (Anuário do Liceu de Portalegre de 1906/7). Bacharel, formado em Teologia, pela Universidade de Coimbra, lecionou no 1.º grupo disciplinar (Português e Latim). Manteve-se no liceu de Portalegre cerca de 20 anos, chegando mesmo a ser reitor interino em 1921. Ao deixar o liceu no início da década de 20 do século XX, continuou ativo do ponto de vista social. Foi eleito “Delegado da Junta Geral do Districto de Portalegre” e nessa qualidade proferiu um discurso, em Janeiro de 1922, onde defendia a emancipação das instituições municipais a favor dos mais fracos:

“ É necessário iniciarmos de vez o movimento reformador no sentido de fazer que os Municípios saiam do marasmo que é a sua vida inteiramente parasitária, a mais completa negação do glorioso destino para eles imaginado por Alexandre Herculano, ao escrever que era das instituições municipais que esperava a regeneração do nosso paiz. [...] deve ser ampliada a função dos municípios para o efeito de corrigir quanto possível as desigualdades sociaes”. (Marques, 1922: 6).

Este texto mostra-nos claramente a preocupação social deste professor. Defende que são as instituições municipais, incluindo a escola, que devem agir para fazer com que a “regeneração” possa efetivamente iniciar-se. Existe aqui uma relação importante entre a vantagem de ser professor e a sua capacidade, legitimada pela profissão, de intervir na sociedade. De salientar que essa legitimação é proveniente da escola, da profissão mas também da sua ação dentro do próprio liceu quando se abria à comunidade, por exemplo através de conferências, como anuncia a imprensa local:

“O professor do Liceu, D. Apollino Augusto Marques, realizou hontem naquele instituto uma conferência sobre D. Nuno Alvares Pereira, encarando-o somente pelo lado guerreiro e caritativo, declarando que o aspecto religioso seria tratado por outros.

Nesta conferência mostra o Dr. Apollino os seus vastos conhecimentos históricos e o seu espírito de fina critica num primor de linguagem literária. No final foi muito cumprimentado e aplaudido pelos professores e alunos” (Distrito de Portalegre, 05/11/1916: 2).

Estas conferências foram extremamente importantes para estabelecer laços com a comunidade. Encaramos estas conferências como canais de legitimação do professor perante a comunidade, através de manifestações do saber. Aquilo que está em causa é a ciência e capacidade de compreender e transmitir esse conhecimento.

Outro professor que gostaríamos de evidenciar é António Raul Galiano Tavares.

### Ilustração 5. António Raul Galiano Tavares (1897 – 1964)



Fonte: Jornal “A Situação”, 28 de Maio de 1934

Nasceu a 1 de outubro de 1897 na freguesia de Arronches, no distrito de Portalegre. Os primeiros anos de escola iniciaram-se, ainda, sob o regime monárquico, todavia fragilizado e atravessado por novos ideais de natureza republicana. Galiano Tavares forma-se, portanto, dentro dos ideais do regime republicano e foi influenciado por muitos dos seus professores que durante a sua vida acaba por citar em diversos momentos. Foi estudante do Liceu Nacional de Portalegre, onde teve vários professores que defendiam o ideal republicano, como por exemplo o seu professor de desenho António José Lourinho. Pouco tempo depois, foi estudar para Lisboa e frequentou o curso de licenciatura em Filologia Germânica, lecionado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Aqui, conheceu professores que marcaram e influenciaram a vida cultural portuguesa e a sua própria vida, como por exemplo Teófilo de Braga ou Queirós Veloso (Marques, 1970). Frequentou também a escola anexa à Faculdade de Letras instituída em 1911, a Escola Normal Superior de Lisboa, cujo objetivo principal era, recordamos, “promover a alta cultura pedagógica e habilitar para o magistério dos lyceus, das escolas normaes primárias, das escolas primárias superiores e para admissão ao concurso para os lugares de inspectores de ensino” (Marques cita D.G. nº 120, de 24, 1970: 14). Como prova final de curso, nesta escola, escreveu o livro “Leves Estudos Sobre Shakespeare” (1922).

Durante a sua estada em Lisboa começou a participar ativamente na vida cultural, académica e política portuguesa. Numa primeira fase, já formado, integrou o projeto educativo republicano através da sua participação na Universidade Livre para a Educação Popular. Esta instituição ligada à maçonaria e aos republicanos e “orientada pelos princípios do iluminismo e do positivismo” tinha como grande objetivo “preencher uma função de preservação social”, quer isto dizer de valorização social nos mais diversos planos, incluindo o plano moral (Fernandes, 1993: 91).

A partir do início da década de XX, deixa a capital que o formou e regressa à sua “cidade natal”, publicando os seus primeiros textos em Portalegre. A sua intervenção a partir deste momento foi crescente quer no espaço escolar, quer na comunidade local. A participação na comunidade local até à década de 30 aconteceu através da imprensa regional. Escreveu sobre diferentes temáticas para os periódicos de Portalegre, destacando-se o jornal “A plebe”, e também para jornais nacionais.

**Ilustração 6. Galiano Tavares com um grupo da Mocidade Portuguesa (finais dos anos 30)**



A partir de meados da década de 30, Galiano Tavares assume-se como o *professor-político*. Alinhado com o novo regime, assume cargos de natureza local que ocupou, na comunidade portalegrense, até ao final da sua vida. Esteve ligado ao arquivo distrital de Portalegre, à Mocidade Portuguesa, à Comissão de Turismo, à União Nacional, entre outros cargos.

No final da década de 40 a sua intervenção pública foi realizada como deputado na Assembleia Nacional pelo distrito de Portalegre. Na década de 50 ainda se encontrava ligado à Câmara Municipal, depois da passagem pela Assembleia Nacional, (1954), e acabou por falecer em 1964, um ano depois de abandonar o Liceu de Portalegre e o seu cargo de Vice-reitor que ocupou durante cerca de 30 anos.

Não poderíamos terminar este texto sem fazer uma breve referência a José Maria dos Reis Pereira (José Régio). Entrou para o Liceu de Portalegre no final da década de 20, da centúria de novecentos, e permaneceu nesta cidade até meados da década de 60. Relevante personalidade da literatura e da cultura portuguesa e um elemento combativo ao regime político do Estado Novo, escreveu muitos dos seus trabalhos em Portalegre, faz referências aos espaços urbanísticos que o influenciaram, ao Liceu, à praça da república e é recordado por antigos alunos seus que o observavam nos seus passeios de fim de tarde ou ao fim de semana no eixo Praça do Comercio – Praça da República identificado anteriormente. A este propósito, outra figura da elite intelectual portalegrense, Carlos Garcia de Castro, caracteriza assim o poeta, enquanto professor:

“Conheci e conversei, algumas, poucas vezes, repousadamente, com ele uns seis ou sete anos depois da minha saída do Liceu, mas o colóquio foi de Letras, exclusivamente de letras, e com José Régio [não com José Maria dos Reis Pereira]. (...) De aplicação didática vertical (professor em cima, aluno em baixo), respeitadora dos cânones lectivos convencionados : ler, interpretar, analisar lógica, morfológica e sintacticamente os textos, com destaque para o exercício lexical e das estruturas – em português. O mesmo para o francês...” (Castro, 2003, pp. 473).

José Régio, não podia dar muito nas vistas como opositor ao regime político vigente, mas todos recordam a sua ação política, porque disso se tratou, ao elaborar uma petição para a construção de um novo ginásio para o liceu de Portalegre. Este homem misterioso e discreto foi sem qualquer margem de incerteza influenciado pelo espaço paisagístico e urbanístico que o rodeou ou não fosse a sua própria casa junto da Praça da República.

### **Considerações finais**

O espaço, o tempo e a presença do Ser Humano permitem a construção, a atribuição e a localização de valor intrínseco aos diferentes lugares. É o caso que apresentamos onde num espaço urbanístico como a praça da república da cidade de Portalegre circularam homens e mulheres promotores de ideias e conhecimentos tornando-se elementos integrantes de uma elite cultural, política e intelectual desta região.

Os professores foram elementos importantes do ponto de vista dos destinos da instituição liceal, em Portalegre, e da profissão docente, mas também elementos influentes ao nível político, religioso e cultural, participando ativamente nas manifestações cívicas dos finais da monarquia e nos princípios da 1ª República. Estas figuras locais constituem exemplos de personalidades multifacetadas, comuns a muitos professores e reitores deste liceu, que

partilharam com a profissão docente a intensa atividade política e pública local ou a atitude religiosa no eixo urbanístico que identificamos como a “Praça da república”.

Atualmente este espaço apresenta um caráter mais lúdico e convivial, esta transformação levou a que a Praça fosse apropriada por um grupo populacional novo para a cidade – os alunos da ESE de Portalegre – que ocupam o local do antigo Liceu. Podendo não formar elites com um peso tão significativo como os exemplos que apresentamos anteriormente, não deixam de constituir importantes elementos para a intelectualidade regional, numa área com graves problemas demográficos. A Escola Superior e a Praça da República, são, de alguma forma, um símbolo do desenvolvimento regional, no sentido amplo da expressão, que se pretende para Portalegre e para a região do Alentejo.

## Referências e Fontes

- AAVV (2001). *Actas do 3º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre – História e Memória da Escola*. A.P.H., Lisboa.
- Álbum fotográfico de Galiano Tavares*. (A.P.F.G.T.)
- Álbum fotográfico do Liceu de Portalegre*. 1928 (A.E.S.M.S.).
- Anuário do Liceu Nacional de Portalegre – 1º ano (1896), Ano lectivo de 1895 a 1896- 1913*, Portalegre: Frago e Leonardo (A.E.S.M.S.).
- Autos de Posse do Liceu Central de Mousinho da Silveira*, Livro nº 2, 1921 – 1953 (manuscrito) (A.E.S.M.S.).
- Autos de Posse do Liceu de Portalegre – Livro nº1, 1860-1920 (Manuscrito) (A.E.S.M.S.).*
- Autos de Posse do Liceu Nacional de Portalegre – Livro nº 3 -1954 – 1961 (Manuscrito) (A.E.S.M.S.).*
- BARATA S., Teresa (1997) Lisboa, Metrópole Policêntrica e fragmentada. *Finisterra*. XXXII. Nº 63, Pag. 179-190
- BARATA S., Teresa (2001). *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Celta, Oeiras
- BARROSO, J. (1999). “A Influência do Regime de Classes na Organização Pedagógica e na Administração do Liceu” in FERNANDES, Rogério & MAGALHÃES, Justino. *Para a História do Ensino Liceal em Portugal – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894 – 1895)*. Universidade do Minho, Braga.
- Câmara dos Senhores Deputados, Sessão de 03 de Junho de 1890, pp. 471 (A.D.A.R.).
- Câmara dos Senhores Deputados, Sessão de 24 de Julho de 1890, pp. 1479 (A.D.A.R.).
- Câmara dos Senhores Deputados, Sessão de 23 de Março de 1917, pp. 31 (A.D.A.R.).
- EUSÉBIO, J. A. (1901). Alguns apontamentos para a História do Seminário Diocesano de Portalegre. Tipographia Minerva Central, Portalegre.
- FERNANDES, R. (1979). *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*. Instituto da Cultura Portuguesa, Lisboa.
- FORTUNA, Carlos et al (1990). “Espaço público urbano em Portugal”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52/53. Novembro 1998/ Fevereiro 1999, Coimbra
- HENRIQUES, Helder Manuel Guerra (2008), *O Professor do Ensino Liceal: Portalegre (1851 – 1963)*. Palimage, Coimbra.
- HUBBARD, Phil, KITCHIN, Rob, BARTLEY, Brendan, FULLER, Duncan (2002). *Thinking Geographically*. Continuum, Londres
- Livro de actas nº 1*. Liceu de Portalegre, 1851 (A.E.S.M.S.).
- Livro de Cadastro dos professores do Liceu Nacional de Portalegre – 1928 (A.E.S.M.S.).*
- Livro de Cadastro dos professores do Liceu Nacional de Portalegre – 1938 (A.E.S.M.S.).*
- MARQUES, A. H. Oliveira (1970), *Notícia Histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)*. Separata da Revista “Ocidente”, Lisboa.
- MOGARRO, M. J., *O Distrito de Portalegre e as questões educativas nos finais do século XIX*. *Actas do Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre*. A.P.H. Lisboa. pp. 338-347.

- MOGARRO, Maria João (2003). “Liceu Mouzinho da Silveira – Portalegre” in NÓVOA, A. & SANTA-CLARA, A. T. (coord.). *Liceus de Portugal*, Edições Asa, Porto.
- NÓVOA, A. (dir.) (1993). *A Imprensa de Educação e Ensino: Repertório Analítico (Séculos XIX e XX)*. Instituto de Inovação Educacional, Lisboa.
- NÓVOA, A. e SANTA-CLARA (2003). A. T., *Liceus de Portugal*. Asa Editores, Porto.
- NÓVOA, A. et al (2003). “O Todo Poderoso Império do Meio” in NÓVOA, António & SANTA-CLARA, Ana Teresa (coord.). *Liceus de Portugal*. Edições Asa, Porto.
- Processos Individuais de professores* (registos biográficos). (A.E.S.M.S.).
- SILVA E PATO, Isabel (2006). Da experiência urbana à construção identitária dos lugares; *Finisterra*. XLI, Nº 81, CEG.
- SOJA, Edward (1993). *Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- TUAN, Yi-Fu (1977) (1983). *Espaço e lugar, a perspectiva da experiência*. Difel, São Paulo.
- VENTURA, António (1991). *Entre a República e a Acracia. O pensamento e a acção de Emílio Costa (1897-1914)*. Edições Colibri, Lisboa.
- VENTURA, António (1991). *Publicações Periódicas de Portalegre (1836-1974)*. Câmara Municipal de Portalegre, Portalegre.



